**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UniRV) CAMPUS CAIAPÔNIA
FACULDADE DE DIREITO**

DÁBYA SAMILLA SILVA

**DA APLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DO
CONCURSO APARENTE DE NORMAS PENAIS**

**CAIAPÔNIA, GO
2019**

DÁBYA SAMILLA SILVA

**DA APLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CONCURSO
APARENTE DE NORMAS PENAIAS**

Projeto de pesquisa apresentado à Banca Examinadora do Curso de Direito da Universidade de Rio Verde (UniRV) como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Me. Fábio Lasserre Sousa Borges

**CAIAPÔNIA, GO
2019**

SUMÁRIO

1 TEMA E DEMILITAÇÃO.....	03
2 PROBLEMA.....	03
3 HIPÓTESES.....	03
4 JUSTIFICATIVA.....	04
5 REVISÃO LITERÁRIA.....	05
5.1 PERSPECTIVA GERAL DO CONCURSO APARENTE DE NORMAS PENAIIS.....	05
5.1.1 Conceito, nomenclatura e contexto histórico.....	05
5.2 FORMAÇÃO DO CONCURSO APARENTE DE NORMAS PENAIIS.....	08
5.2.1 Requisitos e pressupostos para a existência do concurso.....	08
5.2.2 Unidade de fatos.....	08
5.2.3 Pluralidade de normas.....	08
5.3 FORMAS DE SOLUÇÃO DO CONCURSO APARENTE DE NORMAS PENAIIS.....	09
5.3.1 Considerações sobre os princípios gerais.....	09
5.3.2 Princípio da especialidade.....	10
5.3.3 Princípio da subsidiariedade.....	11
5.3.4 Princípio da consunção.....	12
5.3.5 Princípio da alternatividade.....	12
6 OBJETIVOS.....	14
6.1 OBJETIVO GERAL.....	14
6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
7 MATERIAIS E MÉTODOS.....	15
8 CRONOGRAMA.....	16
9 ORÇAMENTO.....	18
REFERÊNCIAS.....	19

1 TEMA E DELIMITAÇÃO

Por intermédio do presente projeto estabelece-se como escopo abordar o tema; a aplicabilidade dos princípios norteadores do concurso aparente de normas penais.

2 PROBLEMA

No que tange à aplicação do Direito Penal, é notório o fato de que este subsiste desde os primórdios. Embora não houvesse métodos tão evoluídos quanto os atuais, sabe-se que já no início das civilizações via-se a necessidade de regras que viabilizassem o cumprimento de sanções àqueles que cometiam determinadas infrações. Séculos depois, trazendo a ideia para o contexto brasileiro o qual é fonte do presente estudo, observou-se a necessidade de penalizações próprias para indivíduos específicos que cometessem delitos previstos no código vigente.

No âmbito jurídico, é notável que estas normas precisam ser aplicadas e ordenadas simetricamente, assim como, sabe-se também que algumas delas são complementares e outras independem-se, de modo a serem integradas ou excluídas mutuamente. Partindo deste pressuposto apresenta-se o seguinte questionamento: quando surgirem casos em que aparentemente duas ou mais leis se destinem a regular um mesmo fato, como proceder mediante conflito aparente de normas penais?

3 HIPÓTESES

- Considerando o complexo conjunto de normas que compõe o ordenamento jurídico configura-se possibilidade latente a colisão de normas com o fulcro de evitar violação ao bem do povo;
- Havendo conflito de normas revela-se necessário medidas como exclusão da aplicação de duas ou mais normas em razão do *bis in idem*;
- Observância de requisitos dos quais sem estes não há conflito aparente de normas, mas sim concurso real. O concurso de crimes e o conflito de leis penais no tempo extinguem a possibilidade do conflito aparente;
- Vislumbra-se a relevância dos princípios como ponto de partida e forma adequada de solucionar o conflito aparente das normas penais.

4 JUSTIFICATIVA

Há situações no rol de aplicação das leis em que o magistrado, doutrinador ou mero acadêmico de direito se vê diante de um conflito, haja vista que em razão de competência normativa, ao analisar determinados casos parece haver duas ou mais normas que regem determinado assunto, fato que pode ensejar má interpretação jurídica acarretando complicações, contradições, anomias e mesmo dosimetria inadequada no que concerne à sanção do agente.

A lacuna ou ausência de normas, consiste em problema recorrente e arcaico no nosso ordenamento jurídico o que enseja a aplicabilidade de princípios, doutrinas, analogias e jurisprudências sobre determinados temas. Entretanto, o núcleo do problema não se restringe nos casos de omissão normativa, se estendendo a complicações naquelas situações em que aparentemente há quantidade excessiva de normas para regular tais casos.

Partindo desta premissa, verifica-se a importância de se avaliar o conflito aparente de normas penais, o qual é conhecido pela doutrina majoritária por concurso aparente. Preliminarmente, infere-se que o referido tema não é aludido com tanta ênfase nas academias de direito podendo então vir a ocasionar certa imprecisão no entendimento, fator que pode ser exigido em situações práticas e cotidianas para o aplicador do direito penal, bem como nas famigeradas provas e exames existentes no universo jurídico.

Em segundo momento, relevante tratar de assunto extremamente pertinente aos que se encontram diretamente ligados a prática da legislação penal, haja vista, ser árdua a função interpretativa da norma penal.

Por fim e não menos importante, objetiva-se nortear o operador do direito como reagir nas situações em que encontra aparentemente mais de uma norma destinada a regular assunto semelhante, não se tratando de concurso aparente, poderíamos estar diante do concurso real onde o agente encontraria sujeito a égide de variadas normas. De outro modo, infere-se que referido tema é de suma importância visando evitar a ocorrência de *bis in idem*, bem como penalidades diversas das que deveriam ser aplicadas, tanto se tratando de redução quanto aumento.

Destarte, sem pormenorizar, compreende-se sumariamente que o tema a ser explanado contém perfil educativo, informativo e social ao passo que propicia auxílio não só ao intérprete da lei, bem como, o acadêmico, sujeito que se encontra na condição de réu e pode enquadrar-se no instituto do concurso citado.

5 REVISÃO LITERÁRIA

5.1 PERSPECTIVA GERAL DO CONCURSO APARENTE DE NORMAS PENAIIS

5.1.1 Conceito, nomenclatura e contexto histórico

No ordenamento jurídico brasileiro, dadas as inúmeras situações que podem existir em casos concretos, incorre a possibilidade de incidir duas ou mais condutas normativas, ou seja a aplicação prática de uma variedade de leis penais, para um só fato gerador. Em outras palavras conforme dito *ab initio*, é manifesto o referido concurso quando se tem um só crime previsto em duas ou mais normas aparentemente capazes de solucioná-lo. Na tentativa de que se evite a ocorrência do bis in idem, procura-se aqui formas de solucionar tal problema no que tange a sua aplicação prática.

Incorre-se que as principais modalidades de concursos são formais e materiais, direcionando enfoque nestes e por consequência ofuscando o concurso aparente, criando lacunas em determinadas situações fáticas.

Embora a problemática seja antiga, a discussão da materialização deste conflito revela-se recente. Referida afirmação se comprova ao passo, que ainda existem divergências doutrinárias quanto ao tema bem como discordância dos autores no que se refere a nomenclatura a ser aplicada não vislumbrando hodiernamente equidade quanto ao nome dado ao instituto no nosso ordenamento, sequer no direito alienígena. Deve-se levar em consideração o fato de que, se mal nomeado, logo, mal interpretado e assim mal solucionado. Desta forma, com o afimco de evitar o alastramento de uma má interpretação acadêmica bem como errônea classificação, necessita-se para dar-lhe a correta terminologia, compreender sua real identidade. É mister se atentar aos dizeres doutrinários sobre o tema, tais como BITENCOURT (2004, p. 176), de onde se extrai:

A definição ou conceituação do conflito aparente de normas é altamente polêmica, a começar por sua denominação, que alguns pensadores também tratam por concurso aparente de normas ou de leis. Jescheck considera a terminologia tradicional "concurso de leis" uma expressão equivocada, preferindo substituí-la por "unidade de lei", uma vez que se aplica somente uma das leis em questão, a que chama de lei primária, e a lei deslocada que não aparece no julgamento. Evidentemente que não se trata de conflito efetivo de normas, sob pena de o Direito Penal deixar de constituir um sistema, ordenado e harmônico onde suas normas apresentam entre si uma relação de dependência e hierarquia, permitindo a aplicação de uma só lei ao caso concreto, excluindo ou absorvendo as demais. No entanto, ao contrário do que faz com o concurso de crimes, a lei não regula as situações de concurso aparente de normas, devendo a solução ser encontrada através da interpretação, pressupondo, porém, a unidade de conduta ou de fato, pluralidade de normas coexistentes e relação de hierarquia ou de dependência entre essas normas (BITENCOURT, 2004, p.132).

Necessário atentar ao que dispõe os demais autores acerca do referido tema. Neste sentido, Frederico Horta, em sua obra, rejeita a terminologia "colisão de normas" abordado por outros doutrinadores ao afirmar que:

Produce a equivocada sugestão de incompatibilidade, por contradição, entre normas de que se fala. Tal situação, à qual a teoria geral do direito também se refere por antinomia, não se confunde com a relação de coordenação entre normas penais que têm apenas a aplicabilidade condicionada à *aplicabilidade ou não-aplicabilidade das outras* (HORTA, 2007, p. 29).

Além deste, surge também termos como "conflito", "concurso" e "concorrência". O primeiro termo, se analisado com afinco pode ser descartado haja visto que seu significado imerge a ideia de divergência, ou melhor, de choque. Desta maneira, não mostra a real identidade deste instituto que é justamente mostrar determinadas normas que se reúnem para solucionar um só fato e não se colidam.

Na sequência, considerando que o termo "conflito" e "colisão" estão desclassificados, aborda-se a concepção de "concurso". O verbete dá a ideia de concordância, cooperar simultaneamente, o que leva a entender que precisa ser acompanhado do termo "aparente" para que, *in casu*, demonstre a ideia de pluralidade de normas a ser aplicada numa dada ação humana. Seguidamente, sendo os termos "concorrência" e "concurso" sinônimos, ambos são utilizados pelos doutrinadores pátrios.

Alhures, como já mencionado, é mister destacar que não há concordância quanto a nomenclatura, posto que, autores embora acordem quanto a essência do instituto, discordam quanto sua terminologia. Sem pormenorizar, o termo "conflito aparente de leis penais" é utilizado por Luiz Flávio Gomes. Já "conflito aparente de normas" é adotado por renomados

autores como Cezar Roberto Bitencourt, Damásio, e Guilherme de Souza Nucci. Julio Fabbrini Mirabete por sua vez se utiliza da terminologia “concurso aparente de normas”.

Advindos de precedentes doutrinários itálicos e alemães, em que pese a temática em comento ter análise em tempo remoto, somente fora tratado como instituto próprio dentro do direito penal recentemente, considerado assim estudo contemporâneo. Quanto ao tema e dúvidas que decorrem deste, o doutrinador José Frederico Marques dispõe:

O estudo do concurso aparente de normas só aflorou na ciência jurídico penal em tempo relativamente recente. Como assinala EDUARDO CORREIA, "a doutrina só tarde se debruçou sobre ele". Basta dizer que, na Itália, ALIMENA não tinha da "questão sequer uma intuição vaga". O mesmo se verifica na Alemanha, onde, só a partir de ADOLF MERKL, "se começaram a fazer progressos na sua análise". No Brasil, ao que sabemos, o que primeiro abordou o problema, embora de maneira sumária, foi COSTA e SILVA, e na vigência do Código de 1940, NELSON HUNGRIA e posteriormente BASILEU GARCIA (MARQUES, 2002, p. 395-396).

No que tange ao direito alienígena, o alemão Adolph Markel previu o instituto pela primeira vez na história ao fim do século XIX, de modo a solucioná-lo. Subsequente a esta ideia, aborda-se o renomado doutrinador e jurista penal Roberto Lyra como precursor da sistematização do concurso em questão no nosso ordenamento pátrio, em meados da década de 40, o que nos remete a ideia de não serem longínquos os estudos pertinentes ao tema.

Numa análise técnica, verifica-se a presença em momento remoto do concurso aparente de normas penais. Todavia, o método resolutivo deste encontra-se disseminado por nosso ordenamento jurídico, demonstrando assim quais critérios a serem aderidos, haja vista ser cada vez mais importante, posto que, quanto mais se aumenta a população, mais numerosa se tornam as normas e conseqüentemente mais propícia ao concurso.

No que tange a sua inserção no âmbito do direito penal, autores como José Frederico Marques destaca a proposta de inserção do concurso aparente de normas penais em conjunto com concurso de crimes, porém não confundindo-lhes por se tratarem de institutos diversos, sendo este, meio facilitador para compreensão de quem o estuda. Neste sentido aduz que:

[...] mas a pluralidade de crimes pode derivar da incidência de diversas normas incriminadoras sobre um único comportamento humano, visto que este pode ser integrado por condutas que se aglutinam, mas que, separadamente constituiriam, cada uma de per si, um delito autônomo. Ou então, nessa conduta há um “quid pluris” que a transforma em crime diverso daquele que existiria sem o elemento que ali se acresce. Liga-se, desta forma, à teoria do concurso de crimes, o problema do concurso de normas que se referem a um só comportamento humano. É que, em tais casos, surge a primeira dúvida a respeito do assunto, visto que deve ficar esclarecido se uma “realidade jurídica eminentemente complexa” deve ser “interpretada como unidade ou, ao contrário, como pluralidade de crimes”. É por isso, que alguns escritores tratam do problema do concurso aparente de normas – que deveria localizar-se no estudo da norma penal – no capítulo do concurso de crimes (MARQUES, 1965, p. 335 et 336).

Ex positis, aproxima-se de tornar-se pacífica a posição defendida de que o concurso aparente de normas penais está inserido no rol de aplicação da lei penal, famigeradamente conhecida como teoria da lei penal.

5.2 FORMAÇÃO DO CONCURSO APARENTE DE NORMAS PENAIS

5.2.1 Requisitos e pressupostos do concurso aparente de normas penais

Conforme supracitado, o presente estudo relaciona-se e fundamenta-se em construções teóricas de renomados doutrinadores da área tais como, Luiz Flávio Gomes e Damásio, assim sendo aborda-se a teoria binária a qual afirma que este “conflito” de normas advém de dois requisitos: unidade de fato bem como pluralidade de normas aparentemente aplicáveis. *In casu*, versa sobre ambos elementos.

5.2.2 Unidade de fato

Conforme aludido inicialmente, o concurso aparente de normas penais se estende aos casos em que para apenas uma ação, possui duas normas ou mais aparentemente disponíveis para aplicação. Assim, esta unidade de fato impera nos casos em que a conduta recai sobre uma só infração penal, apenas um ilícito.

5.2.3 Pluralidade de normas

No que concerne a pluralidade de normas o próprio termo direciona e sugere a existência de duas ou mais normas que queiram tipificar aquela mesma conduta. Necessita-se desta ideia plúrima de normas, ou seja, leis penais, haja vista que se fosse algumas ou várias delas aplicadas não haveria concurso aparente, dando lugar ao concurso formal.

Partindo desta premissa, após análise dos requisitos, “havendo possibilidade de que duas normas penais incriminadoras venham tentar solucionar um só fato, o que é ocluso pelo princípio *non bis in idem*, faz-se necessário verificar qual delas se aplica ao caso concreto”, conforme preconiza Julio Fabbrini Mirabete (p. 109, 2006). À vista disso, ensinamentos de Nucci sobre o referido tema:

O concurso de crimes é, efetivamente, a concorrência de várias leis, aplicáveis a diversos fatos tipicamente relevantes, como ocorre na prática de inúmeros roubos, passíveis de gerar o concurso material (soma das penas) ou o crime continuado (aplicação da pena de um só deles, com um acréscimo). Quando, através de uma ação, o agente comete dois ou mais delitos, ainda assim aplica-se o concurso formal, que é a fixação da pena de um só deles, com uma exasperação. Portanto, como se vê, não há conflito algum de leis penais, mas a aplicação conjunta e uniforme de todas as cabíveis ao fato (ou fatos). No cenário do conflito aparente de normas, existe uma ilusória ideia de que duas ou mais leis podem ser aplicadas ao mesmo fato, o que não é verdade, necessitando-se conhecer os critérios para a correta aplicação da lei penal (NUCCI, 2005, p. 104).

Notoriamente o idôneo aplicador e/ou analista do direito penal deverá observar que o concurso é apenas aparente, de modo que se desvie a punibilidade dupla a fim de evitar o descumprimento do princípio *non bis in idem*.

5.3 FORMAS DE SOLUÇÃO DO CONCURSO APARENTE DE NORMAS PENAIAS

Hodiernamente, conforme disposto na legislação vigente, encontra-se princípios que visam solucionar o concurso aparente das normas em questão. Havendo divergência doutrinária quanto ao tema, sendo abordada a teoria monista e a pluralista da abordagem principiológica. Neste diapasão, José Frederico Marques leciona que:

As dúvidas que a matéria suscita e alimenta começam na fixação e número de tais princípios. Soler fala em princípios da especialidade, subsidiariedade e exclusividade, de que são categorias tributárias os princípios da alternatividade e da consunção. Mezger se cinge aos princípios da “especialidade” e a “progressividade” solucionam as questões que possam surgir, acaba por tornar mais reduzido o número de princípios, para admitir que o preceito *lex specialis derogat legem generalem* resolve todos os problemas (MARQUES, 1965, p.337).

Assim sendo, a teoria monista aborda a necessidade de aplicação de somente um princípio para a resolução do conflito sendo este o da especialidade, enquanto a teoria pluralista considera existir no mínimo três princípios necessários para a dissolução do concurso aparente de normas penais, premissa defendida por doutrinadores como Bitencourt e Damásio de Jesus. Insta considerar que, não se vislumbra suficiente a aplicação tão singular de um princípio para caso tão complexo, abordar-se-á a última teoria citada e mais, aplicar-se-á os ideais doutrinários do renomado jurista Cleber Masson como forma de arguições.

Compreende-se que o princípio da especialidade conforme supracitado é o principal deles. Alhures, não é sempre que sua prontidão se faz eficaz, fazendo com que na ausência de solução por meio deste, princípios como subsidiariedade, consunção e alternatividade sejam instantaneamente analisados quanto à eficácia de aplicações práticas.

5.3.1 Princípio da especialidade

Diz respeito a um dos princípios mais importantes princípios, apresenta-se como mecanismo sistemático de resolver o concurso em questão, tanto é que alguns doutrinadores o consideram autossuficiente. E, independentemente se o aplicador defende a corrente monista ou pluralista, referido princípio se faz presente, haja vista que tanto estes quanto aqueles possuem comum acordo ao informar ser esse o ponto de partida para obter resolução do conflito em questão.

De modo geral, pormenorizadamente, o desenlace do concurso se dá neste princípio na proporção que a norma específica afasta a aplicabilidade de uma norma que possui caráter geral, o qual igualmente poderia ser aplicável ao fato. Nomina-se conforme brocardo jurídico romano *lex specialis derogat legi generali*.

Tal princípio fundamenta sua ideia ao afirmar que lei especial necessita obter prevalência sobre a lei geral. Partindo dessa premissa, faz-se necessário informar que a lei especial, conhecida também como lei específica, possui todos os atributos/aspectos da lei geral,

porém acrescidos de elementos cuja natureza seja subjetiva ou objetiva que confere maiores restrições. A estes acréscimos que tornam a lei especial, dá-se o nome de *especializantes*, que por fim resultaria num crime específico descrevendo e englobando um genérico.

Outro fator que diferencia este dos demais princípios está ligado às definições abstratas que subentendem nas normas, visto que os outros exigem conflito concreto, fixo, das leis que descrevem o mesmo fato o qual geraria lide aparente de leis. Em outras palavras, compreende-se que há uma relação de gênero e espécie da qual não precisaria estar baseado em casos concretos, podendo este ser abstrato (*in abstracto*).

No tocante ao tema em comento, Damásio de Jesus leciona acerca do crime de infanticídio:

Assim, a norma que define o infanticídio é especial em relação à que descreve o homicídio, que é geral. O tipo do infanticídio contém os elementos da figura típica do homicídio e mais alguns (“sob a influência do estado puerperal”, “o próprio filho”, “durante o parto ou logo após”), que são considerados especializantes (DAMÁSIO, 2010, p. 151).

Em suma, quando aplicado o princípio da especialidade, aquilo no qual a lei geral não ditar como preceitos de sua aplicação, a lei especial o tomará para si, incriminando certos fatos e até mesmo levando em conta certas figuras típicas numa ótica diferente do que é estabelecido pela parte geral do Código, solucionando assim o conflito de normas aparentemente. Todavia, se de alguma maneira não for suficiente sua aplicação singular, subscreve assim os demais princípios.

5.3.2 Princípio da subsidiariedade

Diante na ineficácia do princípio anterior, referido preceito surge este como forma acessória para resolver o concurso aparente de normas penais. Conforme o próprio termo indica, os dispositivos penais preveem a aplicação desta forma de lei apenas naqueles casos em que a norma primária não pode ser aplicada, ou seja, subsidiariamente.

É necessário compreender que este tem sua base fixada na: *Lex primaria derogat legi subsidiariae*. A lei primária permanecerá sobre a lei subsidiária, ou seja, aplicar-se-á lei subsidiária somente nos casos concretos dos quais a norma em seu próprio texto domina a sua aplicação e não aplicação da lei maior. Referida lei subsidiária está intrinsecamente relacionada a avaliação do caso concreto em que se aplica penas das mais graves para as mais brandas.

Para entendimento prático, *in exempli*, veja sua aplicação exemplificada no Código Penal de 1940:

Art. 132- Expor a vida ou a saúde de alguém a perigo direto e iminente.
Pena- detenção, de três meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave.

Com fulcro no exemplo citado e relacionando-o ao conceito acima descrito, sabemos que o preceito primário se refere ao crime de perigo a vida ou saúde de outrem, enquanto o preceito secundário impõe pena de detenção caso o fato não constituir crime mais grave, isto é, caso não haja tentativa de homicídio, abandono de incapaz e etc., no qual se refere a maior gravidade, aplicando-se norma própria.

5.3.3 Princípio da consunção

Também chamado de absorção, a aplicação de tal princípio leva em conta o teor de certa norma ser absolvido por outra que é mais abrangente e assim aplica somente esta a fim de que se solucione o conflito aparente das normas.

Noutros termos, este princípio se baseia na premissa de que a lei penal mais ampla, que se refere ao crime fim, irá ingerir uma lei penal menos ampla, que diz respeito ao crime meio. Subentende-se que irá haver absorção quando o caso estipulado por uma norma que seja incriminadora, for meio normal ou necessário para que ocorra não só a preparação como também a execução de outro crime. Parafraseando a expressão: *Lex consumens derogat legi consumptae*.

Em que pese as teorias propostas por Cleber Masson, é fatídico que haja divergência com as demais doutrinas quanto as hipóteses de aplicação deste princípio. Assim sendo, segue precedente do STF:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA. FALSIFICAÇÃO DE PAPÉIS PÚBLICOS. SELO DE IPI. CONTRABANDO-DESCAMINHO. CRIMES MEIO E FIM. ABSORÇÃO. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 83/STJ. POTENCIALIDADE LESIVA DO FALSO. DEMONSTRAÇÃO. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICA. A jurisprudência desta Corte admite que um crime de maior gravidade, assim considerado pela pena abstratamente cominada, possa ser absorvido, por força do princípio da consunção, por crime menos grave, quando utilizado como mero instrumento para consecução deste último, sem mais potencialidade lesiva. Inteligência da Súmula 17 (STJ, AgRg. No REsp. 12 1428 1/PR, Reiª. Minª Maria Thereza de Assis Moura, 6ª T., Dje 26 /3/ 20 13).

Em suma, aplicar-se-á o princípio da consunção nos crimes progressivos, crimes complexos, progressão criminosa e atos puníveis.

5.3.4 Princípio da alternatividade

Embora alguns doutrinadores não vejam a necessidade/importância deste, tal princípio será analisado em *ultima ratio* para a solução do concurso aparente de normas penais, porém no que tange ao seu tipo penal expresso. Destarte, sua aplicação será tão somente, conforme afirma Masson, em crimes conhecidos como tipos mistos, dos quais possuem mais de um núcleo, em que escolher-se-á o preponderante. Em outras palavras, mesmo que lei ou norma esteja prevista para vários fatos que possuem variedades de um mesmo crime, será aplicada somente uma vez. Tal fato justifica-se nos crimes intitulados como de ação múltipla ou conteúdo variado conforme disposto na legislação:

Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar (Lei 11.343/2006, Lei de Drogas, art. 33, *caput*).

Certamente, não há que se falar em conflito de normas, porém, vislumbra-se conflito dentro da própria norma em questão devido sua pluralidade de ações remetendo ao fato de que não seria aplicado o princípio da alternatividade e sim da consunção. É justo considerar que há aplicação minoritária de tal princípio por parte dos doutrinadores. Porém, Luis Flávio Gomes em contraponto afirma que:

O princípio da alternatividade tem validade e aplicação prática nos chamados crimes de conteúdo múltiplo ou variado, que são os que contam com vários verbos como núcleos do tipo (cf. art. 12 da Lei de Tóxicos – Lei 6.368/76, art. 10 da Lei das Armas de Fogo – Lei 9.437/97 etc) 216. Seu significado prático: quando o sujeito, no mesmo contexto fático, realiza condutas correspondentes a vários verbos, comete um só crime, não vários. É que os verbos nucleares do delito, quando estamos diante de um único contexto fático, devem ser entendidos como alternativos (o tipo, portanto, é alternativo). Exemplo: quem importa um quilo de cocaína e depois a armazena, tem consigo, guarda, distribui, vende, cede etc., só responde por um crime de tráfico de entorpecentes, porque se trata de um contexto fático único. Não interessa se se trata de uma única droga ou de várias: pode o agente importar um quilo de cocaína e um de maconha e realizar vários verbos em relação a essas drogas. Contexto fático único, crime único. Outra situação: o sujeito importou e distribuiu um quilo de cocaína no carnaval; depois, na Semana Santa, repetiu a conduta. Os contextos fáticos são distintos. Logo, não se trata de crime único (há concurso material ou crime continuado, conforme a situação concreta) (GOMES, 2004, p. 205 et 207).

A alternatividade, será aplicada a crimes onde dispõe de ações múltiplas das quais cada um dos núcleos corresponde a uma conduta podendo ser absorvido pelo princípio da consunção.

Frisa-se que ao efetivar a aplicação de um destes quatro princípios, ter-se-á a solução pertinente ao concurso aparente de normas penais que, embora citado, não haver comum acordo doutrinário quanto ao tema, soluciona-se com base nos ideais majoritários.

Em suma, é tangível que o conflito aparente de leis penais diz respeito ao interposto no qual há uma suposta divergência entre as leis a se aplicar num crime. Desde então, dever-se-á o agente analisar os pressupostos disponíveis, visto que se trata justamente de conflito “aparente” devido ao fato de que, após analisado, esta lide será desfeita.

Assim sendo, surgem os princípios os quais se propõem solucionar o conflito aparente das leis penais, quais sejam: especialidade, alternatividade, absorção ou consunção e subsidiariedade.

Desta forma, ao aplicar um dos princípios supracitados, solucionar-se-á o conflito aparente de normais penais, estando em conformidade com a legislação e apontamento doutrinários.

6 OBJETIVOS

6.1 OBJETIVO GERAL

Analisar medidas cabíveis e forma de proceder ao surgirem casos em que aparentemente duas ou mais leis se destinem a regular um mesmo fato, mediante conflito aparente de normas penais.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar distinções e definir mecanismos que permitam distinguir conflito “aparente” de normas penais de concurso real;
- Apresentar o concurso de crime e conflito de lei penal no tempo como ferramentas de extinção do conflito aparente de normas;

- Analisar os casos que se encaixem ou amoldem aos requisitos exigidos para configurar conflito aparente de normas penais;
- Solucionar o conflito existente por meio da aplicabilidade dos princípios norteadores do conflito aparente de normas penais.

7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa tem por afimco natureza explicativa visando elucidar e apresentar respostas e resultados acerca da problematização apresentada, cujo método de abordagem será qualitativo e dedutivo, onde se buscará a confirmação ou não das hipóteses levantadas no presente projeto bem como expor as razões das quais os fazem.

Nestes termos, embasando-se nos ideais predispostos por doutrinadores do campo, utilizar-se-á como técnica de coleta de dados a da documentação primária e secundária: pesquisa documental e pesquisa bibliográfica (livros, artigos, dissertações, projetos de estudo de curso e sites da internet), através de autores que diante de suas obras utilizaram a educação como uma ferramenta transformadora, auxiliando assim a predisposição da referida metodologia científica. Desta forma, conceitua-se a principal fonte na qual se refere a pesquisa bibliográfica, de acordo com Severino, como sendo:

Aquele que se realiza a partir do registro disponível decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses e etc. Utiliza-se dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados (SEVERINO, 2007, p. 122).

Partindo desta abordagem, compreende-se então a importância da pesquisa documental bem como bibliográfica como fontes seguras de dados que posteriormente serão utilizados no rol explicativo do referido trabalho. Seguindo este contexto, em uma mais ampla escala, vê-se necessário também a conceituação pertinente ao que vem a ser metodologia científica supracitada. Para tal, Tartuce (2006) *apud* Oliveira *et. al.* (2015, p. 2-3):

Metodologia científica trata de método e ciência. Método (do grego *methodos*; *met'hodos* significa, literalmente, “caminho para chegar a um fim”) é, portanto, o caminho em direção a um objetivo; metodologia é o estudo do método, ou seja, é o corpo de regras e procedimentos estabelecidos para realizar uma pesquisa; científica deriva de ciência, a qual compreende o conjunto de conhecimentos precisos e metodicamente ordenados em relação a determinado domínio do saber. Metodologia científica é o estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas. Em geral, o método científico compreende basicamente um conjunto de dados iniciais e um sistema de operações ordenadas adequado para a formulação de conclusões, de acordo com certos objetivos predeterminados.

Destarte, a partir da metodologia escolhida, traça-se o caminho a ser percorrido de modo seguro e confortável a respeito do objeto, dando liberdade ao longo do percurso, porém restringindo possíveis margens de erro.

8 CRONOGRAMA

Ações/etapas	Trimestre (mês/ano)			
	1º	2º	3º	4º
Definição do tema e coleta de fontes bibliográficas			08/2019	
Elaboração do projeto			09/2019	
Entrega do projeto final ao orientador e defesa				10/2019
Reformulação do projeto e entrega à coordenação				11/2019
Levantamento bibliográfico em função do tema/problema	02/2020			
Discussão teórica em função da determinação dos objetivos	03/2020			
Análise e discussão dos dados	03/2020	04-05/2020		
Elaboração das considerações finais		05-06/2020		
Revisão ortográfica e formatação do TCC		06/2020		
Entrega das vias para a correção da banca		06/2020		
Arguição e defesa da pesquisa		06/2020		
Correções finais e entrega à coordenação		06/2020		

9 ORÇAMENTO

Descrição do material	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
Encadernação espiral	un	7	3,50	24,50
Resma de Papel A4	un	1	15,00	15,00
Revisão ortográfica e metodológica	un	26	6,00	156,00
TOTAL				195,50

REFERÊNCIAS

- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal: parte geral*. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004, v. 1.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. 10ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- BRASIL. *Código Penal*. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
- _____. Lei 11.343/2006, *Lei de Drogas*, art. 33, *caput*, 2006. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/lei) > ccivil_03 > _ato2004-2006 > lei> Acesso em: 18 out. 2019.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lições de direito penal: parte geral*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.
- GARCIA, Basileu. *Instituições de direito penal*. 6ª ed. São Paulo: Max Limond, 1982, v. 1, t.2.
- GOMES, Luiz Flávio. *Direito penal: parte geral*. 2ª ed. São Paulo: RT, 2004, v. 1.
- HORTA, Frederico Gomes de Almeida. *Do concurso aparente de normas penais*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2007.
- JESUS, Damásio E. de. *Direito Penal: parte geral*. 28ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005, v. 1.
- JUSTI, J.; VIEIRA, T. P. *Manual para padronização de trabalhos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu*. Rio Verde: Ed. UniRV, 2016.
- KELSEN, Hans. *Teoria geral das normas*. Porto Alegre: Fabris, 1986.
- LYRA, Roberto. *Comentários ao código penal*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1955, v. 2.
- MARQUES, José Frederico. *Tratado de direito penal*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1965, v. II.
- MASSON, Cléber Rogério. *Direito Penal esquematizado – Parte Geral*. v.1. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. *Manual de direito penal*. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2006, v. 1.
- NORONHA, E. Magalhães. *Direito penal: introdução e parte geral*. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 1991, v. 1.
- NUCCI, Guilherme de Souza. *Código penal comentado*. 5ª ed. São Paulo: RT, 2005.
- OLIVEIRA, Ana Lúcia Almeida. TEXTOS LITERÁRIOS NO PROCESSO DE LETRAMENTO: REFLEXÕES ACERCA DA FORMAÇÃO DO JOVEM LEITOR. *Realize editora*. Campina Grande, Vol. 1 Ed. 4, p. 02-03. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO_EV050_MD1_SA17_ID139_06102015164637.pdf> Acesso em: 04 nov. 2019

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

STJ. AGRAVO REGIMENTAL. AgRg. No REsp. 12 1428 1/PR, Rei^a. Min^a Maria Thereza de Assis Moura, 6^a T., Dje 26 /3/ 20 13. Disponível em: <arquivo.trf1.jus.br>AGText. Acesso em: 04 nov. 2019.

ZAFARONNI, Eugênio Raul; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de direito penal brasileiro*. 6^a ed. São Paulo: RT, 2006.